



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PRESIDENTE: EDIR SALES

4ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PL 127/2023

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 09-05-2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Boa noite. É um prazer mais uma vez estar na Comunidade Cultural Quilombaque. Declaro abertos os trabalhos desta Audiência Pública, convocada para debater o PL 127/2023, de autoria do Executivo, que dispõe sobre a revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, aprovado pela Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, nos termos da previsão de seu art. 4º.

Informo que esta audiência está sendo transmitida ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online e pelos canais da Câmara Municipal de São Paulo no YouTube e no Facebook.

As inscrições para pronunciamento estão junto à secretaria da Comissão. Então, quem quiser pode se inscrever com o pessoal da secretaria da Câmara que está nos ajudando.

Hoje vamos montar duas Mesas para começar a nossa audiência. Primeiro, vamos chamar representantes do território, convidados que vieram falar conosco. Em seguida, montamos uma segunda Mesa com representantes do Executivo Municipal. Também abriremos as falas para o público, para que os representantes possam responder. É muito importante que todas as pessoas possam se manifestar, acho que a audiência pública serve primeiramente para ouvir os munícipes, a população.

Esta audiência foi chamada para discutir as alterações do Plano Diretor Estratégico da cidade. Escolhemos fazer uma audiência em um território descentralizado, porque essa tem sido uma pauta que temos defendido. Temos um número grande de audiências, mas estão sendo realizadas em um pequeno espaço de tempo e a maioria das audiências na Câmara Municipal, no Centro de São Paulo, em horários comerciais, com muita dificuldade para a população em geral acompanhar.

Então, temos feito esse esforço, da Comissão de Educação, Cultura e Esportes também, de fazer algumas audiências públicas externas, nos territórios, em horários que sejam mais possíveis para a população. Então, é muito importante que se faça essa discussão, que as pessoas tenham condições de se apresentar.

Para esta audiência foram convidados: Secretaria Municipal de Educação; Secretaria

Municipal de Esportes e Lazer; Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social; Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento; Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente; Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras, representada pelo Sr. Rodrigo Felipe de São Pedro Souza, que daqui a pouco convidaremos para participar da Mesa também; Secretaria Municipal das Subprefeituras, representada pelo Sr. Rafael Moral e Sra. Maria Fernanda Barro; Secretaria Municipal de Cultura, já avisou que não comparecerá; Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito, representada pela Sra. Jaqueline Melo; Secretaria Municipal de Habitação e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, representada pelo Sr. Felipe da Silva Souza.

Para esta audiência, em contato com a Comunidade Cultural Quilombaque, também convidamos algumas pessoas para falar, inclusive sobre os aspectos do território. E já convido para fazerem parte da Mesa e abriremos a audiência os Srs. Cleiton Ferreira de Souza (Fofão), especialista em gestão cultural pelo Centro de Pesquisa e Formação do SESC, cofundador da Comunidade Cultural Quilombaque, onde atua como Gestor de Relações Interinstitucionais, Coordenador do Museu Territorial de Interesse da Cultura e da Paisagem Tekoa Jopo'í; Guilherme Anastácio, cursa Gestão de Políticas Públicas na Escola de Artes, Ciências & Humanidades da Universidade de São Paulo, foi bolsista de iniciação científica no Laboratório Espaço do Instituto de Planejamento Urbano e Regional, estuda os movimentos sociais por ocupação no solo, principalmente nas regiões periféricas e as articulações com a sociologia da memória; Mario Bortoto, formado em engenharia química, trabalhou anos como microempresário de indústria gráfica, em Perus, onde se aposentou, exerceu a função de Administrador Regional no bairro de Perus, em 2001, é membro do Movimento pela reapropriação da Fábrica de Cimento Perus e do Movimento TICP Jaraguá-Perus/Anhanguera e atua como presidente da Associação dos Aposentados de Perus e Sueli Furlan, bacharel e licenciada em ciências biológicas e geografia da USP e doutora em ciências da geografia física da USP, credenciada no PPGV-USP e Procam, tem pós-doutorado na Universidade de Cádiz, Espanha, e pesquisa patrimônio natural, estudo da paisagem, florestas culturais, comunidades tradicionais e os CCs na Amazônia

e mata atlântica.

É muito importante estarmos fazendo esta audiência neste espaço. Esta audiência é chamada pela Comissão de Educação, Cultura e Esportes da Câmara. A Presidente da Comissão, Vereadora Edir Sales, pediu desculpas, mas não pôde comparecer. Como falei, estamos fazendo várias audiências, então, a Vereadora Edir Sales está presidindo outras audiências.

É importante trazermos este debate também para a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, porque também fazemos um debate quando pensamos o planejamento da cidade em todos os níveis possíveis. Então, pensamos a cidade também como territórios importantes, inclusive, territórios da paisagem, territórios culturais e a sua vocação e como a cultura também é capaz de proteger, muitas vezes, os territórios, os seus patrimônios importantes da cidade.

Mas também fazemos uma discussão de que alguns instrumentos específicos do Plano Diretor Estratégico, como os TICPs, Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem, e vamos discutir um pouco sobre eles também, que, muitas vezes, são pouco utilizados, sobretudo nas regiões periféricas. Então, alguns instrumentos muito importantes do Plano Diretor poucas vezes são implementados em regiões periféricas. E, muitas vezes, percebemos que instrumentos urbanísticos que deveriam servir, sobretudo, para a população mais pobre, que necessita da implementação da política pública, acabam não sendo implementados nesses territórios. Então, trazemos essa discussão para a Câmara Municipal, para entender como a Câmara, como os parlamentares precisam atuar nesse sentido. E para isso convidamos as pessoas para nos ajudarem a pensar, os Vereadores sempre precisam de ajuda para pensar. Isso é muito importante.

Podemos começar com o Fofão. Vamos fazer falas iniciais de sete minutos, aí vamos avisando.

O SR. CLEITON FERREIRA DE SOUZA – Primeiramente, queria agradecer a todas, todos e todes os presentes, os que estão acompanhando via TV Câmara; agradecer mais uma vez a nossa Vereadora Elaine do Quilombo Periférico; a todo o coletivo do Quilombo Periférico.

Agradecer a luta que vem fazendo nos territórios, descentralizando a discussão, acho que isso é o mais importante no debate de uma construção coletiva e democrática.

Saudamos, sejam todos bem-vindos, vamos nos sentar, nos acomodar. A Comunidade Cultural Quilombaque agradece esse empenho em proporcionar mais uma vez uma audiência pública para a comunidade participar e colaborar nessa discussão de revisão do Plano Diretor. A pauta do TICP, para nós uma pauta muito importante, uma construção coletiva de mais de 12 anos em que vimos estudando a questão do desenvolvimento do nosso território, porque infelizmente a nossa região é muito desassistida pelo Poder Público. Digo isso até mesmo na discussão do orçamento público, sempre a nossa região está na escala de baixo na divisão do orçamento da cidade. E isso deveria ser o contrário, lugares mais vulneráveis deveriam estar no topo da distribuição do orçamento, mas isso não acontece.

Então, nós que somos da tecnologia, trabalhamos com a nossa tecnologia social da “sevirologia”, que é: se a gente tem a gente faz, se a gente não tem a gente faz do mesmo jeito, a gente se vira, a gente vem construindo possibilidades de avançar no processo de descentralização desse orçamento. E dizer que a periferia precisa ter mais atenção. E um desses processos foi a construção desse instrumento, de pensar uma possibilidade de uma nova gestão nessa ferramenta, que é o Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem, que para muitos é meio complicado de entender. Falar de Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem é meio complicado de entender, mas para nós está bem nítida a proposição que queremos colocar e pensar em um processo de desenvolvimento sustentável local, a partir dos princípios que viemos construindo.

Então, o Território de Interesse da Cultura e da Paisagem vem da proposta de uma construção coletiva, através de uma Universidade Livre Colaborativa, que começou aqui e se disseminou no nosso território - Perus, Jaraguá e Anhanguera -, junto com o Projeto Coruja, o Professor Euler, com o NEP, Núcleo de Estudos da Paisagem. E viemos estudando com os estudantes da Universidade, com os movimentos sociais e com os moradores, na concepção desse processo que começou em 2011. Fizemos esse estudo, apresentamos a proposta, em

2014, no Plano Diretor, e foi aprovado com outro TIPC, em 2014, o TIPC Jaraguá, Perus e Anhanguera, uma demanda que temos de acrescentar, e o Paulista Luz. Porém, como somos da “sevirologia”, não esperamos, infelizmente, a Prefeitura executar, já estamos fazendo o processo de desdobramento, porque, infelizmente, desde 2014, a proposta não saiu do papel, via Prefeitura Municipal. Mas nós da comunidade viemos desdobrando esses saberes coletivos e mostrando possibilidades de desenvolvimento na região.

Então, são diversas ações coletivas que acontecem. O TIPC é concebido como proposta intersecretarial, que faz o processo de preservação da paisagem, pegando a questão do meio ambiente, educação e cultura. E fazendo um processo de desenvolvimento, de gestão compartilhada, pegando diversas escalas, tanto da questão ambiental, pegando a Bacia do Juqueri, fazemos o estudo dessa Bacia, acho que a Professora Sueli vai falar melhor, pegando a parte educacional. E estamos trabalhando muito com a questão das escolas, a questão da memória, dos patrimônios e a questão cultural. Então, há diversos exemplos que vem acontecendo e mostrando a viabilidade desse processo do Território de Interesse da Cultura e da Paisagem. Um deles é na área cultural. Sabemos que o nosso território, infelizmente, não tem equipamento público voltado para a cultura. Isso é um déficit se pensarmos o que estamos fazendo aqui hoje, discutindo o Plano Diretor Estratégico, que é focado em pensar as possibilidades de organizar os locais, a cidade.

Então, casa de cultura está no déficit aqui nessa região, não só de Perus, mas Anhanguera e Jaraguá, que tem uma população enorme e não tem uma casa de cultura. Os únicos equipamentos culturais são duas bibliotecas públicas e há uma demanda muito grande nessa área. Mas o TIPC, viemos desenvolvendo esse trabalho e mostrando alguns exemplos de ações. Então, a comunidade vem desdobrando isso em uma proposta de uma museologia de território, que pauta processos de desenvolvimento do Brasil, que perpassam pelo nosso território. Então, temos a questão de um território – como se vê no mapa – que pauta a questão ambiental, que é a junção dos parques formando uma conectividade ecológica, juntando o Parque Anhanguera, o Parque Estadual Jaraguá e a franja da Serra da Cantareira, formando um

cinturão. E dentro desse cinturão conseguimos fazer o mapeamento de potencialidades dentro do nosso território, entre patrimônio, memória e material. E nesse conjunto viemos desdobrando nessa museologia, que conta momentos históricos do desenvolvimento do Brasil, desde a questão do ciclo do ouro, ali nas terras indígenas do Jaraguá, dos Guarani Mbya.

Temos o casarão bandeirista, de 1580, perpassando também pela ferrovia, uma das primeiras estações de construção da linha Railway, para nós a Linha 7 Rubi; tem a Ferrovia Perus-Pirapora. Na questão industrial, temos a primeira fábrica de cimento, uma luta muito simbólica para nós da classe operária, que é a luta dos Queixadas, a greve de sete anos, inspirada na não violência ativa, com inspiração em Gandhi e Martin Luther King. Temos a vala comum, que discutimos também, e os processos culturais que vêm acontecendo.

Então, essas são proposições que com a comunidade viemos desdobrando em um turismo de resistência, que recebe pessoas, trabalha com as escolas, a memória, tornando esse território um território educativo. E criando possibilidade de desenvolvimento, rompendo com a lógica que é dada, que está saturada, dos nossos jovens, da nossa comunidade pegar o trem e ir atrás de subemprego no Centro, que não dá mais para acontecer. E termos a possibilidade de gerar uma economia local, gerar renda em um mercado menos degradante, pautado em memória, nos saberes da comunidade e focando um novo processo de gestão, que pode ser desdobrado também, o TIPC, em outras localidades, para descentralizarmos esse orçamento e preservar, fazer um enfrentamento contra a especulação, amenizando o impacto local. Acho que isso é bem importante. Beleza? Então, vou encerrar por aqui.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Fofão. Vou passar para o Guilherme.

O SR. GUILHERME ANASTÁCIO – Oi, gente, é um prazer, uma honra estar aqui perto de tantas referências para mim, Fofão, Mario, Regina, Cida e Tata. Hoje, vivemos um déficit de cultivar mestres na nossa sociedade, a ancestralidade; fala-se muito de ancestralidade, mas ancestralidade não é só quando a pessoa morre. A ancestralidade tem de estar agora presente.

Então, sinto-me honrado por estar aqui perto de tanta gente que é referência para mim.

Desculpem o nervosismo, um pouco, é muito ruim ficar segurando o microfone, mas sou do Distrito Anhanguera, que muitas vezes é marginalizado no desenho da cidade. E quero falar um pouco do território, acho que o Fofão já deu uma boa introdução, quero falar um pouco de algumas experiências que acontecem no território, que são muito relevantes, pautadas principalmente pela defesa do território, pela criação desse novo senso de pertencimento, novas formas de desenvolvimento, de girar o recurso, fazer o recurso chegar na mão certa.

E é isso, o Distrito Anhanguera é relativamente novo, foi formalizado na Gestão Erundina, por mais que já existisse há muito tempo. Fazemos um trabalho de memória no território, as cavas históricas de ouro estão lá também, para provar que já existia algum tipo de ocupação nesse território. Mas, desde os anos 90, estamos em buma expansão desenfreada, principalmente em demografia. Então, as estimativas do Seade dizem que vamos crescer até 2040, já somos o distrito da cidade que mais cresce em população. E sabemos que essa expansão é, muitas vezes, lincada a partir de autoconstrução, loteamentos irregulares, ocupações, fora do olhar planejador do Estado. Com isso, a infraestrutura, o desenvolvimento, não seguem o mesmo ritmo; então, os casos de criminalidade, de violência, de desigualdade mesmo, são muito grandes na nossa quebrada.

A gente tem uma rede muito articulada de potências culturais, potências de políticas de defesa do meio ambiente, e tenta sempre articular essa questão de atuação em rede, junto a Perus, Jaraguá, Taipas, Pirituba; enfatizando sempre essa atuação em rede. E o TICP é muito relevante no sentido dessa questão da participação, que é um princípio muito potente. A gente pensa numa gestão compartilhada, com participação efetiva da população, de trocas; e isso, de alguma forma, já se reflete no nosso território, já existe e acontece.

Então, a gente tem uma rede muito potente de cultura. A Cida, que está presente nos assistindo, faz um trabalho muito lindo com as mulheres mais periféricas na quebrada; a gente faz um trabalho de memória junto às escolas e agora a gente está desenvolvendo a inclusão de placas e sinalização desses lugares de memória, que são extremamente relevantes.

Por ser um distrito muito novo, essa urbanização, o desenho que tem hoje, que é a partir dos anos 90, falam até que a gente não tem história, que a gente não tem trajetória. Muito pelo contrário. A história de militância do Morro Doce, da Anhanguera, é efervescente; a gente tem uma militância desde a década de 70, 80, movida por mulheres principalmente, que fizeram o desenvolvimento do território como ele é hoje. Então, a gente sempre sensibiliza a população e a juventude de que o asfalto que está lá, as escolas, as UBSs, chegaram através de muita militância política.

Dentro do Plano Diretor, há um parque também que está planejado para a nossa região, que não está regulamentado, mas ele pode entrar no Plano Diretor; e eu acho que o TICP pode fortalecer bastante essa luta nossa, principalmente por causa das Cavas de Ouro, que são um patrimônio histórico. Foi um momento único da história de São Paulo de busca pelo outro, e tal, mas não existe nenhum cuidado com essa memória no território.

A gente tem cinco Cavas de Ouro na região, sendo que, em uma delas, construíram uma escola em cima. Então, o próprio Estado desconhece essa história. Daí a importância do TICP, a partir do momento em que ele subsidia e gera indicadores para o próprio Estado de olhar para o território de forma mais assertiva.

Essa é a defesa que eu queria fazer, que coloquem mais a Anhanguera no mapa, falar da Anhanguera de forma mais como um território, que é uma prisão exógena que existe. E a gente está lá resistindo e fortalecendo o TICP também nas ideias.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada. Tem a palavra a Sra. Sueli Furlan.

A SRA. SUELI FURLAN – Boa noite a todas, todos e todes.

Estou muito feliz de estar aqui. Com pouca coisa eu já me sensibilizo, sou uma pessoa muito emotiva, e reencontrar os meus amigos foi um momento de muita delicadeza e de muita esperança de estar vendo todo esse movimento que vocês construíram vivo, potente.

Para os que não sabem, eu fiz parte da primeira iniciativa – aliás, a gente tinha outras

no Procam– da universidade livre, aberta, colaborativa, participativa, fora do território da zona Leste; ou até mesmo da zona Leste, mas nos territórios; tínhamos feito algumas experiências em outros setores da cidade buscando essa questão direito à cidade, do trabalho com a paisagem: a paisagem com experiência vivida e clara, concebida, percebida e pensada. E, na Geografia, isso é quase que um método: A Geografia só faz sentido se ela for no real.

Então, o meu colega Euler e eu, logo que encontramos pessoas daqui e pudemos construir inicialmente esse percurso, através de disciplina de pós-graduação e graduação, trazendo-as para os territórios, deslocando os nossos alunos, deslocando uma instituição que, como vocês sabem, é imensa e poderosa para o território. Fomos muito criticados porque dávamos aulas de sábado, fizemos curso itinerante, fomos a todos os territórios e foi uma beleza estarmos em Morro Doce.

Com isso, nós aprendemos muito, todos aprenderam muito e o que eu vejo com isso são as coisas mais valiosas que eu enxergo nesse processo e que precisamos continuar lutando para que políticas não sejam de papel. Elas não são de papel aqui, porque vocês fazem no território, então o movimento social atropela o Poder Público. Isso é uma alegria e, ao mesmo tempo, elas precisam estar no papel e precisam ser regulamentadas.

A realidade tem poderes fortíssimos porque ela está muito comandada pelo poder econômico; então há sempre fragilidades e impotências, apesar da potência do território, é muita luta. Hoje eu ouvi aqui “Estou cansada. A gente tem que fazer, além do trabalho, muitos outros trabalhos”; nem sempre a saúde dá conta de tudo isso, mas esse é o vigor de quem acredito e de quem tem alguma perspectiva, como o professor Euler, que é muito meu amigo, com quem aprendi demais e porque ele abraçou isso de uma maneira muito prática, não só no discurso. E é difícil acontecer isso também no mundo da carreira docente.

O que eu vou destacar são pequenas coisas da área ambiental. Eu trabalho com planejamento da paisagem, trabalho com desenvolvimento local, com comunidades tradicionais não urbanas. A gente sempre trabalhou com quilombolas no Vale do Ribeira, trabalho com pescadores, com caiçaras, mas sempre nessa perspectiva de um conceito importantíssimo, que

é um novo paradigma para a gente pensar, que é o seguinte: a conservação tem que ser colaborativa. O segundo princípio: não se separa a cultura da natureza.

Isso foi um lema nosso que a gente desenvolve conceitualmente, para que a sociedade também... Quem separou foi quem quis não ver cultura e foi também quem não quis natureza, porque as duas coisas são juntas, de qualquer modo. No mundo, não fazem conservação de longa duração, não existe conservação de mata atlântica, e os benefícios que a gente obtém de um ambiente conservado.

Todos aqui podemos discutir a lógica da conservação brasileira, que é excludente, que é o parque nunca ter gente, que expulsa indígena, que não tolera a terra indígena, não dá acesso à cultura. Por outro lado, hoje há outro paradigma que já acontece, que se a gente ficar um pouquinho em silêncio a gente vai escutar onde está acontecendo esse novo paradigma, como disse a Roberta Costa; que a conservação só existe em lugares onde você reconhece as fragilidades, a história, as temporalidades.

Isso se amarra com uma das primícias que é importantíssima desse território, das TICPs em geral, porque foi ela que motivou o instrumento que está no Plano Diretor. Vocês se lembram das audiências públicas que ocorreram aqui, eu também estava presente, e o professor Nabil Bonduki era um docente também da disciplina e, obviamente, que não foi fácil, foi com muita luta,

Mas foi aqui que levou esse território dos distritos do Jaraguá a Anhanguera, também Perus, que foi o mais forte de todos em tudo, enfim, foi aqui que surgiu. Então, isso tem uma legitimidade incrível. Eu acho que vocês pensam essas temporalidades numa perspectiva nova também para a história, uma história que não será apagada.

A resistência, como está escrito nas camisetas de vocês, é uma luta para essa história não ser apagada. E, quando a gente volta para o instrumento que foi conquistado, que fio desenhado, que está posto em lei, é importante a gente ter sempre claro que, em política pública, tem que existir três coisas: o próprio instrumento, ele já existe; os agentes do Estado, que vão desenvolver a política, que serão os interlocutores de projetos, que destinarão recursos,

vão aprovar a regulamentação; e o terceiro e último, que é o mais importante, é a agenda.

A gente tem que cobrar a agenda de governo, não existe política pública sem agenda. São quase 10 anos do plano e muito mais de 10 anos da TICP, do processo desse território. E, apesar da discussão do território, de muitas vezes só parecer que é uma palavra difícil – TICP ficou bonito, mas difícil –, é o endereço da cultura e da paisagem.

Paisagem é importantíssima. Todos nós vivemos em paisagens. A paisagem tem um sentido para todos nós, cada um de vocês pode definir paisagem, mas ela nos permite pensar que há uma extensão que se articula, que pode ser por rede, mas que se articula pelos fatos, pelas temporalidades, pelos percursos históricos, pelas realidades geográficas.

Todas as situações que a gente viu, para desenhá-las no mapa, a gente falava assim: “Ai, toda vez que risca o mapa tem muita gente sofrendo; vamos riscar pouco esse mapa”, mas vamos pensar que o mapa reflete uma espacialidade importante para a resistência e para a luta. Na questão ambiental, ela é fundamental, porque a gente tem que manter os fragmentos não em si, porque a mata atlântica está perdida, mas porque nós somos também parte disso. Sem separar a cultura da natureza, nós pensamos que a gente precisa dos benefícios da vegetação. A gente está aqui respirando coisas que elas estão emitindo e isso faz bem para a gente.

Existe uma recomendação agora da MCN de que a gente tem que morar, no máximo, a 10 quilômetros de um parque para ter os benefícios fisiológicos e estar perto de plantas que podem nos ajudar a respirar melhor, esses são os remedinhos gratuitos que elas trazem.

Então, a tríade: educação, cultura e ambiente, é inseparável e é uma coisa da maior riqueza. Portanto, a gente pode discutir como encaminhar essa agenda de algo que é inovação para a cidade inteira. Só que a gente precisa que seja realizado, não só pelo esforço, mas porque é algo importante e a gente precisa do Poder Público, precisa dos recursos.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada. Tem a palavra o Sr. Mario Bortoto.

O SR. MARIO BORTOTO – Boa noite. Primeiro, eu queria agradecer à Vereadora

Elaine por essa iniciativa de trazer para a periferia, em especial, aqui para o Quilombaque, esta audiência, que acho que está no caminho certo; agradecer a toda a equipe da Câmara que está aqui trabalhando junto. Segundo, eu queria agradecer aos presentes e, como o Guilherme lembrou, alguns ausentes, para não esquecer de todos: Soró e Tião.

Como o tempo é curto, a gente tem que falar das questões mais práticas, senão ficaria aqui a noite toda falando das nossas experiências, de como foi a construção do TICP, que é importante para o território e para a cidade como uma ferramenta nova, uma forma diferente de fazer a gestão da cidade, e que nós estamos fazendo aqui, na prática. Quando a gente fala em “seviologia”, firmeza permanente, tudo isso nós estamos construindo aqui, na prática. E, infelizmente, Sueli, sem o Poder Público, mas ele é importante e a gente tem que cobrar o Poder Público.

Já que nós estamos falando de uma revisão do Plano Diretor, que nós conseguimos aprovar esse instrumento, uma das coisas que a gente gostaria que a Câmara corrigisse ou acrescentasse no nome do TICP: Anhanguera, porque ficou Perus e Jaraguá. Os três distritos fazem parte desse território, trabalhamos coletivamente, então é importante que a Anhanguera esteja no nome.

A outra questão é muito cara para nós, que é a gestão participativa. Tudo foi construído coletivamente, com muita participação da população. E alguns podem perguntar: “Mas TICP não está longe da gente, não é de comer”, mas não está, não está porque a gente estudou o território, descobriu as potencialidades, e é importante a qualidade de vida; nós estamos tentando preservar e melhorar a qualidade de vida desse território.

Há mais de 10 anos, o TICP está no papel, a gente não conseguiu a regulamentação, e eu sei que a regulamentação não será neste momento, mas eu quero deixar registrado que a gente vai precisar de um segundo momento, fora da revisão do Plano Diretor, para avançar no TICP. Mas o que eu quero dizer é que a Prefeitura não assumiu o seu papel; está no papel, mas nenhum órgão da Prefeitura, em momento algum, procurou a gente aqui no território Perus, Jaraguá e Anhanguera, para perguntar o que a gente quer com isso.

Então, a gente tem provocado, primeiro, a Secretaria de Cultura, porque o TICP está no patrimônio; a gente gostaria que ele fosse um instrumento urbanístico real, mas ele está no patrimônio. Segundo, a gente fez uma reunião há dois meses em SMUL e saímos de lá esperançosos para saber como a Prefeitura vai tocar isso. E a pergunta que a gente tem feito entre nós é a seguinte: Quais secretarias têm que tocar o TICP? São várias. Então, é importante nessa revisão que isso fique claro: quem vai pôr em prática, quem vai fazer a regulamentação, quem vai estudar com a gente, como será o conselho gestor do TICP, do território. Essas questões práticas precisam ser avançadas, mesmo que seja em um segundo momento; precisa melhorar isso.

Outra questão importante é que o Plano Diretor e essa revisão reconhece o perímetro do TICP Jaraguá, Perus, Anhanguera, que está no plano regional. Então, olha só: a Prefeitura reconhece o TICP porque está no plano regional, mas não avança, na prática, para fazer a regulamentação, de forma que venham recursos para o território; porque, para fazer gestão, precisa de recursos, e esses recursos podem ser municipais, estaduais, federais, inclusive de iniciativa privada; mas a gente quer discutir tudo isso.

A gente tem que discutir o conselho gestor do TICP, como será esse conselho, se será formado pela comunidade, ou pela comunidade e outros setores. Essas são questões práticas que a gente precisa debater nesse momento da revisão do Plano Diretor.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) –Obrigada, Mari. Quero agradecer profundamente.

Vamos fazer outra Mesa agora, porque costumamos também chamar os representantes do Executivo para fazer uma fala; e já abrimos para os questionamentos. E aí vamos trocando juntos.

Lembro mais uma vez que quem quiser já pode fazer a inscrição através da Secretaria da Câmara.

Convido os Srs. Rodrigo Felipe de São Pedro Souza, que está representando a

Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras; Rafael Murolo e Maria Fernanda Fabro, que representam a Secretaria Municipal de Subprefeituras; Jaqueline Melo, da Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito; e o Felipe da Silva Souza, representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho.

Primeiro, eu queria começar agradecendo aos representantes do Executivo que estão aqui para debater conosco.

Mais uma vez, fazemos sempre um esforço de convidar representantes do Executivo, principalmente quando fazemos audiência pública externa, porque é uma oportunidade que as pessoas têm de ouvir as secretarias e como elas estão desenvolvendo o trabalho na cidade; e também encurtar esse debate, esse diálogo, que, muitas vezes, é dificultoso, sobretudo para as pessoas que estão na periferia.

Agradeço a presença de todos.

Está aberta a palavra.

O SR. RAFAEL MUROLO – Boa noite a todos, a todas e a todes.

Meu nome é Rafael Murolo, sou arquiteto efetivo do quadro da Prefeitura, trabalho no Departamento Geral de Uso e Ocupação do Solo da Secretaria Municipal das Subprefeituras. E me coloco à disposição.

O SR. FELIPE DA SILVA SOUZA – Eu sou o Felipe, trabalho na Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Acho que uma coisa interessante que estamos vendo lá e que conversa um pouco com o que está sendo discutido aqui é que temos nos debruçando sobre a questão das locações econômicas, tentando transpor as dificuldades que temos com relação aos dados, às informações. E essa questão da cultura, das locações econômicas, das locações culturais, é uma coisa para a qual a Secretaria está aberta ao diálogo.

O SR. RODRIGO DE SÃO PEDRO – Boa noite.

Meu nome é Rodrigo de São Pedro, sou engenheiro civil, trabalho na Siurb, no Departamento de Planejamento. E, no âmbito do Plano Diretor, eu gostaria de trazer as iniciativas

nas quais temos trabalhado lá na Siurb – os Cadernos de Bacia Hidrográficas.

As enchentes são basicamente um dos principais problemas de São Paulo. Então, estamos desenvolvendo trabalhos voltados para criar soluções que resolvam os problemas de alagamentos de risco nas bacias como um todo. E as soluções que estamos empregando visam não apenas a construção de piscinões, e simplesmente perder as áreas, mas soluções capazes de integrar o ambiente urbano, e, ao mesmo tempo, trazer algum retorno para a população.

Os cadernos estão disponíveis no *site* da Siurb. Já temos 17 cadernos publicados

Também outra questão envolvendo o planejamento da cidade é que nós estamos em fase de elaboração do Plano Municipal de Redução de Riscos, com 600 áreas de risco mapeadas atualmente. E, com esse plano, vamos reanalisar essas áreas de risco e criar estratégias que possam resolver, mitigar ou até sanar os riscos nas mais diversas áreas.

A SRA. MARIA FERNANDA FABRO – Boa noite a todos, a todas e a todes.

O meu nome é Maria Fernanda, sou arquiteta também do Departamento Geral de Uso e Ocupação de Solo da Secretaria Municipal das Subprefeituras.

Estamos aqui acompanhando a discussão na fase do Legislativo, a Revisão Intermediária do Plano Diretor, que foi conduzida pela Secretaria de Urbanismo e Licenciamento, reconhecendo a importância dessa discussão descentralizada pelos territórios. Ficamos à disposição.

A SRA. JAQUELINE MELO – Boa noite.

Eu sou a Jaqueline, arquiteta de formação, representando aqui a Secretaria de Mobilidade e Trânsito; e sou funcionária efetiva da CET.

A Secretaria quer ouvir, quer levar as demandas e se aproximar dos territórios.

Eu me coloco à disposição. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada a todos que estão conosco.

Nós estamos fazendo alguns movimentos: a escuta nos territórios, e por isso vamos abrir a palavra para as pessoas inscritas. Também estamos preparando um relatório com todas

as reivindicações e os posicionamentos que as pessoas colocarem na audiência pública; e os representantes do Executivo também estão nessa movimentação de coletar as reivindicações, as problemáticas que temos no território, para continuarmos fazendo o debate na Câmara.

É importante lembrar que temos uma série de 55 audiências públicas acontecendo em territórios, de forma descentralizada, e também na Câmara Municipal de São Paulo.

As audiências que acontecem na Câmara também podem ser acompanhadas pela internet. Então, é possível acompanhar, se inscrever para falar, inclusive nas audiências que acontecem na Câmara Municipal.

Abrimos agora para as inscrições.

A princípio, pensamos em três minutos. Mas temos poucas pessoas inscritas. Então, podemos ficar em cinco minutos, e vamos vendo o tempo possível, à medida que as pessoas forem se inscrevendo.

Tem a palavra a Sra. Ingrid Soares.

A SRA. INGRID SOARES – Oi, gente. Boa noite.

Primeiramente, quero agradecer a oportunidade de estar nesta audiência no território, com toda essa estrutura que vocês trouxeram. Também agradeço a presença de vocês. E, principalmente, agradeço o pessoal que está tocando o TICP, Território de Interesse da Cultura e da Paisagem, que são guardiões dessa política pública.

Eu sou moradora do Jaraguá, e gostaria de falar um pouco do meu território a partir dos conjuntos habitacionais.

Existe um Taipas que nós gostaríamos muito que ele já fosse um distrito, porque é muito grande. E já consideramos Taipas culturalmente um distrito. Mas, recapitulando: lá existe uma Cohab que comemorou 50 anos no ano passado. Então, seria muito importante contar com a Cohab dentro da perspectiva de recuperação da memória, de preservação da memória desses moradores. É uma política pública superimportante para as periferias e para o nosso território; é essencial, porque acompanha a nossa paisagem também.

A partir dessas ocupações de moradia, eu percebi também a consolidação de

algumas culturas muito importantes; tem o pessoal aqui do Cine Campinho.

Para a gente, a cultura de várzea – como o futebol – é muito importante. Então, também inserir essas coletividades. E eu só vejo a inserção dessas culturas populares, digamos assim, sendo possível por conta da metodologia de trabalho que o TICP já implementou. É uma potencialidade.

Eu acredito que a sociedade civil também é Poder Público. Eu entendo as divisões, mas temos uma vantagem, porque já existe uma metodologia. Então, se fôssemos pensar em plano de mobilização para o TICP, já existe um plano de mobilização colocado. Se fôssemos pensar num plano de implementação, também já existe. E são também coisas importantes para a implementação da política pública quando ela for feita institucionalmente.

Também gostaria de observar que existe um acompanhamento de universidades, como foi colocado aqui. Isso é superimportante para a legitimidade de proteger esse trabalho que foi realizado até agora. E também é feito um acompanhamento por organizações sociais formalizadas dentro do território – como pela Comunidade Cultural Quilombaque, que é uma organização formalizada que acompanha esse trabalho há muito tempo.

Além de falar sobre a importância de preservar a memória dos conjuntos habitacionais, eu também gostaria de trazer a importância de se preservar um trabalho que já foi feito até agora, que é realmente uma vantagem para o Poder Público já ter esse trabalho realizado.

É isso. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Tem a palavra a Sra. Lucila Regina.

A SRA. LUCILA REGINA – Boa noite, gente.

Hoje eu vou falar como morador da comunidade de Perus.

Eu sou uma das representantes do MAB, Movimento dos Atingidos por Barragens, aqui em Perus. Estamos tentando fazer a junção como um todo, educação, cultura e meio ambiente, que são exatamente as pautas do MAB; mas eu vim pontuar umas coisas mais

expressivas para a comunidade.

Eu quero pontuar que a Prefeitura não abre o diálogo. Quando tem audiências para participarmos, mobilizarmos as pessoas do território, mas nós não conseguimos. Já começa a ser uma das dificuldades. Ainda mais que as pessoas daqui se locomovem para muito longe, para trabalhar e voltar, e não conseguem. Aqui mesmo: poucas pessoas. Muitas que gostariam mesmo de estar aqui, e não conseguem participar.

Eu fico muito nervosa. Desculpa. Eu não consigo falar muito em público, mas eu vou tentar explicar exatamente o que eu quero dizer.

Eu participei, no mês passado, de uma reunião da subprefeitura, da CMP, Central de Movimentos Populares, em que eu escutei que eles estavam com planejamento de uma casa de cultura a ser implementada em Perus. E eu questionei a subprefeita: “Nós sempre ocupamos os lugares onde tem cultura, temos um coletivo onde conversamos com todo mundo dentro de Perus-Anhanguera, e não temos a resposta de quem está fazendo esse movimento” – que já tinha um lugar para colocar, sem falar com a própria comunidade. Foi o que eu achei estranho: “Como assim? Vocês estão colocando uma casa de cultura, e vocês não conversaram com as pessoas, principalmente da cultura, as pessoas que movimentam a cultura em Perus, Jaraguá e Anhanguera”? Ninguém dos coletivos sabia que era existente essa casa de cultura.

É mais uma problemática: nós não entendermos o que está acontecendo. Como se implanta uma coisa que não é falada com a comunidade, sendo que a comunidade faz parte disso? Nós somos excluídos, nós não estamos participando, nós não estamos sabendo o que está acontecendo.

Tem outra coisa que eu queria pontuar, como MAB também, já que estamos falando de território: ano passado, quando estávamos tentando fazer algumas reuniões com a subprefeitura, falaram que a barragem daqui, a Embu, tinha sido desativada. Só que são três barragens em Perus. Dizem que uma está desativada; e mais duas, a territorial e a do lado. E temos algumas evidências de que está sendo construída uma outra barragem.

Fora as explosões de dinamite, que as casas das pessoas começam a balançar.

Querendo ou não, somos prejudicados até nisso na periferia. Não somos vistos como comunidade perto de uma pedreira onde as casas estão balançando. Fora, ainda, as passagens que eles abriram para a Bandeirantes, para a Anhanguera. Não sei se é permitido ou não, mas estamos vendo a movimentação. E não se parou para ver se a comunidade também aceita. Por mais que essa pedreira esteja aqui há mais de 50 anos, não sabemos o que a pedreira está vindo trazer em termos de reparação para as pessoas de Perus.

É isso que eu queria pontuar, para vocês olharem um pouquinho para nós aqui dessa região de Perus.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Lucila.

Tem a palavra o Sr. Henrique Macedo.

O SR. HENRIQUE MACEDO – Boa noite, galera.

É um prazer estar aqui com vocês. Eu sou o Henrique, morador do Jaraguá, e professor também. Acabei de vir da escola para participar da audiência pública, que é algo importante.

Com todo o respeito aos representantes, eu fico triste por nenhum secretário ter comparecido, ou algum outro Vereador, além da Vereadora que está organizando, porque o que o TICP deseja para a cidade é o que nós vemos, por exemplo, na Comunidade Cultural Quilombaque: a periferia dando exemplo para a cidade, trazendo a produção de conhecimento da periferia para a cidade. A marca do TICP é essa.

Não sei se está no Plano de Metas – vocês podem até esclarecer, se eu estiver errado –, mas a atual gestão da Prefeitura menciona sobre ter alguns distritos como referência global, alguma coisa assim. E o TICP tem toda essa potencialidade para ser uma referência global de gestão da cidade, referência para o mundo.

Por exemplo, está rolando a discussão do passe livre. Temos o maior parque municipal da cidade, o Parque Anhanguera; temos um parque estadual, o Pico do Jaraguá. Como que uma família, num domingo, vai acessar esse parque, tendo três, quatro filhos, com condução a 4,40 reais, 8,80? Ou seja, o preço para você chegar a esses parques acaba tornando inviável

para a galera do território usufruir disso.

Então, já seria um exemplo: vamos testar o passe livre nesse território como projeto piloto. Mas lembrando que aqui, no TICP, com muito diálogo e participação popular, que é o cerne do TICP. Há um acúmulo de conhecimento muito importante que podemos potencializar e tornar exemplo para a cidade, num local onde a especulação está correndo solta.

O Rodoanel está próximo de ser terminado, e o valor da terra aumentou. Tem a previsão do Nesp, Novo Entreposto de São Paulo, vir para cá também.

Vamos continuar repetindo a história da cidade de São Paulo de expulsão dos mais pobres? Acho que não. O TICP é uma grande resposta para que isso não ocorra nessa região da cidade.

Eu sou morador desde sempre. Convivemos com o lixão de Perus toda a década de 90, convivemos com violência urbana, e tudo o mais; e, agora, que as coisas estão teoricamente melhorando, o tal do progresso chegou, nós queremos que esse progresso gere benesses para todos, sem a expulsão.

Um exemplo é a própria fábrica de cimento, essa questão da produção cultural. Por que desejamos que a fábrica de cimento se torne uma universidade livre e colaborativa? Porque a ideia central do TICP é a produção de conhecimento da periferia para a cidade, com periferia mostrando toda essa potencialidade e exemplificando para a cidade.

Por fim, eu vi que tem alguns representantes da questão do uso e da ocupação do solo. E lembro que aqui, neste território, tem um conflito por causa de uso e ocupação do solo: o Guarani contra a questão da construtora.

Na calada da noite, aquele terreno mudou de Zepam para ZEIS. É uma discussão. E fica até uma dúvida, porque não sei se terá uma futura discussão novamente sobre o uso e a ocupação do solo, pós Plano Diretor. Mas, como medida simples, gera um conflito. Mudou de Zepam para ZEIS, o que acabou afetando os guaranis, porque passa a ser possível construir no terreno.

Então, fica aqui já uma pontuação: que essa questão do uso e ocupação do solo

também precisa ser melhor discutida nesse território que está sofrendo toda essa pressão da especulação imobiliária, inclusive, estimulada pelo próprio Plano Diretor. Falando só do Jaraguá para finalizar: ao redor da estação do Jaraguá, você vê o quê? Prédios e prédios. Cadê a demanda da casa de cultura que não é atendida, num território que hoje, se não me engano, o Jaraguá é o quarto ou quinto maior distrito em população. Vai sair, em breve, o Censo do IBGE, e acredito que o Jaraguá vai estar com cerca de 330.000 habitantes. Isso é uma cidade média, onde não se tem uma Subprefeitura, Taipas, então, que faz parte do Jaraguá, e tem a proposta da subprefeitura Jaraguá-Taipas que é uma necessidade. Em suma, são muitas questões e, aqui no território tem muita gente muito bem preparada para discutir a cidade nessa dinâmica daqui, para que a cidade aprenda conosco.

É isso.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Henrique.

Agora, é a Cida; em seguida, o Mario Bortoto.

A SRA. CIDA - Boa noite a todes.

Só vou falar, brevemente, sobre algo que a gente discutiu na reunião do TICP; primeiramente, também, vou saudar a Vereadora por estar neste distrito, do qual nós fazemos parte; a todos os presentes aqui, aos que vieram antes de nós nessa luta pelo TICP, então, a Sueli, o Mario, a Regina, os demais que estão aqui e os que também não estão e que estão acompanhando online.

Vou reiterar a importância de a gente colocar o nome do Anhanguera no nome do TICP. O nome do TICP é composto pelos distritos de Jaraguá, Perus e Anhanguera, sendo este último, Anhanguera, parte da subprefeitura de Perus. É um componente importante, portanto, entendemos que deve ser citado quando for feita essa revisão.

Então, é só para reiterar novamente isso. Acho que meus companheiros que falaram antes já me contemplaram em outras falas.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Cida.

Agora, é o Mario Bortoto.

O SR. MARIO BORTOTO - Pessoal, eu só me inscrevi novamente porque não tinha mais ninguém inscrito e porque a gente gosta de falar aqui.

Eu queria reforçar um pouco o que o Henrique falou, assim: a gente está preocupado. Não é que a gente esteja preocupado com o passado. Mas a gente estudou o passado. Nós trabalhamos com a questão da memória do território, seu patrimônio; nós estamos preocupados com o presente, colocando em prática TICP, apesar do Poder Público, porque a gente está cobrando e vai cobrar sempre, mas, também, a gente está preocupado com o futuro do território.

Nós temos um verde enorme aqui - nós e a zona Sul. A gente quer preservar esse verde, mas também quer desenvolvimento. Temos que lembrar que nós temos grandes projetos que podem impactar muito forte no território.

O NESP que é o novo entreposto de alimentos é um projeto gigantesco.

Então, que benefícios ele vai trazer para o nosso território? Nós queremos debater isso porque as coisas estão acontecendo num ritmo lento, mas estão acontecendo. Quando você vê está implantado.

Nós temos o Rodoanel do Norte que ficou parado, está lá um viaduto enorme que não beneficiou o território; nós temos agora a privatização do cemitério da vala comum. Elaine, estivemos na Câmara hoje numa audiência, numa conversa, porque a gente quer o memorial; que seja construído no memorial da vala e, com a privatização do cemitério, a gente não sabe o que vai acontecer. Então, a gente também conta com vocês sobre esse debate.

A preocupação é também com o futuro do território. A gente quer participar das coisas que vão acontecer no futuro, para que não aconteça, como, por exemplo, na zona Leste, que é um mar de casa; não tem mais quase o que ser feito. Então, essa é uma questão que não diz respeito agora neste momento, mas diz respeito ao Plano Diretor e que a gente acha que a Prefeitura precisa por mais em prática o Plano Diretor em várias questões que precisam ser colocadas em prática.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Mario.

Agora é o Éder; em seguida, a Regina.

O SR. ÉDER – Olá, boa noite a todos, todas e todes.

Muito obrigado pelo espaço concedido.

Agradeço muito ao TICP Perus por proporcionar à comunidade Quilomba que também. Sou professor, estava na escola agora; terminamos o horário coletivo e eu desci, rapidamente, para conseguir dialogar com vocês. Sou da EMEF Filó Gonçalves dos Santos, onde nós conseguimos realizar um trabalho muito importante que foi a criação de um ecoparque escola, para ser integrado com o aprendizado das crianças. Foi por meio da luta que as escolas têm já marcado na nossa sociedade, na nossa periferia que nós conseguimos realizar uma parceria com TICP e entrar em contato com a FAU USP, Universidade de São Paulo e, também, realizar uma parceria com o Verde da Secretaria do Verde, e, a partir daí, os alunos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo com os alunos da EMEF Filó começaram a compor o parque. Então, tudo que os alunos da EMEF Filó colocaram que queriam, como pista de skate, jardim sensorial, jardim bosque das amoreiras, tudo que eles colocaram os alunos da FAU levaram para a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e começaram a colaborar com o anteprojeto do que seria o projeto do ecoparque.

É muito importante porque o ecoparque escola vem trazer uma nova possibilidade de aprendizagem que não é mais só a sala de aula, mas, sim, também os estados e áreas verdes e áreas naturalizadas; também traz justiça ambiental porque faz parte de um corredor ecológico como vocês mesmos colocaram: Perus está sendo devastado pela especulação imobiliária, por tudo que vem e vocês já colocaram muito bem. Traz a justiça ambiental e, também, vai combater o racismo ambiental que é muito importante. Nós estamos aqui com a fábrica de cimento com o cemitério com a vala comum; nós temos novos empreendimentos que podem vir e nós temos uma devastação ambiental em que a gente precisa preservar a natureza de alguma forma, e os alunos encontraram essa forma de preservação. Outra coisa muito importante é que a área pode

ser usada por sete escolas do entorno: EMEF, CEIs, ETC, escolas do estado do estado e, também, é aberto a comunidade.

A gente sabe que o racismo ambiental priva você de frequentar áreas de lazer, frequentar áreas em que você pode contemplar a natureza. Eu fico inconformado porque boa parte da população local vai andar dentro do cemitério, porque não tem área de lazer. O Parque Anhanguera fica longe daquele lado de Perus, e são duas conduções para chegar lá. Então, ele vem trazer justiça ambiental, a preservação de um corredor ecológico e, também, vem trazer para a UPA e para a UBS um tratamento de medicina alternativa que seja também um espaço de tratamento as áreas verdes. Desenvolvemos esse projeto em 2021, 2022 e 2023 ainda continua com a professora Ana Cecília e o professor Euler também nos orientando e nos ajudando bastante. E ele está chegando em um ponto em que ele foi apresentado para a Câmara dos Vereadores para a Comissão de Educação; foi apresentado para a Subprefeita, para o Conselho Cades da subprefeitura e ganhou legitimidade dos cidadãos, da comunidade em que todos estão envolvidos.

É um processo pelo qual todos passaram e estão passando, muito importante. É inovador para Secretaria Municipal de Educação. Então, eu conto com o apoio de vocês e espero a visita do TICP e do Quilombaque, da Comissão, lá na EMEF Filó.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Éder.

Agora é a Regina; em seguida, Ana Paula.

A SRA. REGINA - Boa noite, Elaine; boa noite a vocês, estão do Executivo aqui.

Eu agradeço imensamente essa oportunidade e para dizer a diferença do lugar. Hoje à tarde, a gente esteve na Câmara, como Mario falou. E é um espaço que me intimida, embora seja uma Casa do Povo. Aqui, eu me sinto mais à vontade. Então, eu agradeço profundamente esta audiência popular.

Quero dizer que o TICP nada mais é do que isto: é um exercício de cidadania.

Então, o meu convite aqui é mais para quem está na mesa: arquitetos, engenheiros,

é quem nunca tem medo da participação popular. Quando a gente se propõe a pensar a cidade como um direito nosso, a gente quer, na verdade, construir o que é melhor. Então, há anos o pessoal de Perus discute o bairro porque ele quer, realmente, a construção de coisas boas para a gente, no transporte, na habitação.

Sabe, Elaine e companheiros, eu fico triste quando eu vejo a Praça Inácia Dias, quando começaram as obras. Ninguém nunca conversou com a gente direitinho, porque uma coisa é participação, de fato, outra coisa é uma participação que, às vezes, é só no papel, para referendar coisas.

Eu faço aqui um convite para que sempre tenha isso aqui, no Pandora, nós temos vários lugares aqui; a gente pode conversar sempre sobre o nosso território no nosso espaço e construir coisas melhores.

A educação: eu fico triste, também, de não ter algum representante da educação. As escolas fazem um bom papel aqui, CIEJA, que tem representantes aqui. Podemos, sim, discutir nas áreas todas para que as Secretarias se conversem, se conheçam, para poderem construir sem muito sofrimento, Sueli. O que você falou aqui no começo na mesa, que cada vez que um técnico risca lá no mapa alguma coisa, alguma coisa vai ser complicada para quem mora lá.

A Rua Bananal do Rio: estão construindo um prédio numa rua petitiquinha; nem combina o prédio com aquela rua. Então, eu acho assim: a cidade tem que pensar no seu crescimento, no seu desenvolvimento, mas a que custo? Com que valores? Aqui na comunidade, no território Perus, Jaraguá e Anhanguera, os valores são humanos. Então, sempre que possível, vamos pensar um pouquinho nesses valores.

Para mim, então, eu fico muito satisfeita dessa conversa, mas vamos ver os encaminhamentos na Câmara, no Executivo, para podermos pensar na regulamentação. Então, que por mais vezes possamos conversar, com mais audiências, mais participação efetiva da população. Esse é o meu convite para isso.

Obrigada, gente. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) - Obrigada, Regina.

Agora é a Natália; em seguida, a Sueda. Vou pedir para quem mais quiser se inscrever, se inscrever durante a fala da Natália. Quando a Natália terminar, a gente também encerra as inscrições. Tá bom? Obrigada.

A SRA. NATÁLIA – Boa noite a todos, todas e todes.

Meu nome é Natália; eu fui moradora de Pirituba por um bom tempo, e, recentemente, eu tenho estudado o território de Jaraguá, Perus e Anhanguera junto ao movimento, pelo território de interesse da cultura e da paisagem e junto ao Núcleo de Estudos da Paisagem com o professor Euler.

Eu gostaria de reforçar a questão do reconhecimento do perímetro do TICP no Plano Diretor. O Plano Diretor diz que o perímetro do TICP deve ser reconhecido – o perímetro e os objetivos principais – através do plano regional ou uma lei específica, e o TICP Jaraguá, Perus e Anhanguera foi no plano regional, teve o seu perímetro reforçado no plano regional, do qual eu também tive a oportunidade de fazer parte. Eu sou arquiteta e participei como arquiteta residente e é muito importante que isso seja reconhecido no texto do Plano Diretor agora.

Isso não entrou na conversa do Plano Diretor na revisão, mas a gente chegou a enviar um e-mail para SMUL, Secretaria de Urbanismo e Licenciamento, mas acho que acabou não dando tempo, ficou meio em cima da hora.

Então, eu gostaria de reforçar isso e, também, de saber se a gente poderia enviar um e-mail para formalizar esse pedido junto a Câmara; onde que a gente pode colocar isso e formalizar também?

É isso.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada.

Agora é a Sueda; em seguida, Adriano Sampaio.

A SRA. SUEDA – Boa noite, pessoal.

Assim como todo mundo, estou bem nervosa.

Esse tema o TICP é algo que, para mim, tem uma grande importância, desde que eu

soube da existência dele. Muitas das ações que eu venho desenvolvendo dentro do território. Estou no espaço cultural Morada Jaraguá, que é fruto de luta dos movimentos culturais periféricos da cidade de São Paulo, que foi contemplado na Lei de Fomento à Cultura da Periferia e que, por meio dele, dentro de várias ações culturais, nós também desenvolvemos a discussão acerca do TICP.

Nesse espaço, nós fazemos, graças ao meu conhecimento do TICP de uns anos atrás, tenho buscado – pela paixão que tenho pelo meu bairro Jaraguá - cada vez mais, trazer mais senso de pertencimento para as pessoas que moram nesse lugar que sempre foi conhecido como um lugar de bairro dormitório que não tem nada, que quer dizer muito mato.

Depois de conhecer o que é o TICP, a gente consegue desenvolver um trabalho no sentido de mostrar para as pessoas porque é que o Jaraguá é da forma que é, por que é que ele tem um monte de mato. Na verdade, tem uma mata; remanescente de Mata Atlântica que é importantíssima para o respiro da cidade de São Paulo, e a nossa região compreende a segunda maior área verde da cidade de São Paulo.

Então, é muito importante preservar esses espaços; é muito importante a participação popular e a regulamentação do TICP, porque a cultura, do meu ponto de vista, os editais culturais abarcam muitas coisas; e nós precisamos da regulamentação TICP, justamente, para que nós tenhamos acesso a esse recurso, para que nós possamos, então, enquanto população que já discute o TICP há tantos anos poder aconselhar, da melhor forma, o uso desses recursos, porque nós, comunidade, estamos desenvolvendo, na prática, esse dispositivo tão importante.

Eu sempre digo que o TICP Jaraguá, Perus e Anhanguera estar dentro do Plano Diretor Estratégico de São Paulo é uma conquista muito grande; não é pouca coisa. Se ele já tivesse sido implementado desde 2014, nós teríamos um território que seria um exemplo de desenvolvimento da cidade de São Paulo porque ele abarca muita coisa e com os movimentos culturais, isso só melhora.

Só que acho que as leis de fomento que têm um recurso muito baixo também não

conseguem contemplar a gama de atividades que são necessárias para o desenvolvimento desse lugar. É importante que todas as secretarias estejam envolvidas. Acho que seria super legal se todos os presentes já se colocarem para podermos discutir isso junto, cada um dentro da sua área, da sua secretaria, para poder trabalharmos juntos e desenvolvermos melhor esse dispositivo, para que não passem mais dez anos sem nenhuma aplicação por parte do Poder Público, sem recursos, porque a gente trabalha sem recurso, e é impossível trabalhar sem dinheiro. E os fomentos culturais não suprem isso. Então, a gente precisa de recursos, de preferência, que não seja tão burocrático o uso desse recurso, que seja como a lei de fomento à periferia, que consegue fazer com que a população local, que eles consigam ter acesso a isso e de uma maneira menos burocrática.

Então, eu quero trazer isso; quero, também, reforçar a necessidade disso; inserir o nome do Anhanguera no TICP, também, reforçar a questão do perímetro, também, e dizer que o nosso território tem um potencial turístico enorme; então, a Secretaria de Turismo também seria bem legal estar com a gente; faço um trabalho muito focado em Jaraguá, mas as pessoas de lá vão para outros lugares, fazer trilhas em outros bairros e conhecem muito pouco o território onde elas habitam; não sabem que temos uma infinidade de trilhas incríveis e que a gente não precisa ir tão longe. Não que não se possa ir para tão longe, mas também é bem legal a gente conhecer o lugar onde a gente mora, que a gente habita, que não é só para dormir; é para se divertir também.

Bom, é isso.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada.

Agora é o Adriano Sampaio e, em seguida, o Fofão.

O SR. ADRIANO SAMPAIO – Boa noite a todos. Meu nome é Adriano Sampaio. Eu sou ambientalista e permacultor.

Faz nove anos que eu estou no território do Jaraguá e, desde quando cheguei, fiquei encantado com a biodiversidade que tem no território, além dos indígenas, a mata atlântica, e

esse bairro que ainda conserva casa, quintais com jardins, com pomares; a especulação imobiliária ainda não chegou amassando tudo.

Eu nasci na Pompeia, a minha família veio do Nordeste, e quando eu cheguei na Pompeia, ele era um bairro pobre, normal, e depois que a especulação imobiliária chegou, ela foi expulsando os antigos moradores, aumentando o custo de vida, acabando com os recursos naturais, acabando com as últimas ilhas verdes. Porque a especulação compra todo mundo, desde as secretarias do governo até os próprios moradores.

Há nove anos eu trabalho com mapeamento e estudo de rios e nascentes de São Paulo. Eu penso que a gente pode proteger o território fazendo valer a lei da água, que não é respeitada pela especulação imobiliária. Já passei por dois exemplos, de a gente conseguir barrar a construção de prédios, um na Pompeia. Uma construtora quis construir ao lado de uma praça, onde havia nascentes, a gente fez toda uma luta, entrou com ação no Ministério Público, chamou o promotor ambiental para fazer a avaliação do lugar e conseguimos barrar. O segundo exemplo, que eu pude participar, foi aqui junto aos guaranis, no qual fui convidado porque lá é uma região de manancial, um terreno que a Tenda quis construir prédios e tal. A gente encheu o rio que tem lá, a gente colocou uma barragem e limpou um trecho do rio, para chamar atenção para a questão da água. E a gente conseguiu barrar também a construção desses prédios.

Então, eu acho assim, existe uma lei, mas ela não é cumprida, porque a maioria dos órgãos ambientais... eu já bati muito de frente com o Poder Público, porque onde eu encontro uma nascente, eu faço uma intervenção e, muitas vezes, isso é uma subversão. No começo foi subversão, mas depois eu comecei a conversar com o Poder Público.

Eu acho que a gente pode proteger o território usando a regeneração da natureza. Esse é um mote muito importante para trazer as empresas para cá, descentralizar as empresas e capacitar os próprios moradores do território para que sejam guardiões. Fazer uma gestão parecida com a dos indígenas no território, porque eles não olham a propriedade privada. Eles olham o território como uma extensão da vida deles. Se está acontecendo uma coisa, está sendo poluído um rio, se está tendo um garimpo, toda a comunidade se preocupa.

Então essa mentalidade que é imposta pela TV, pelos meios de comunicação, a gente que está fazendo isso aqui tem que conscientizar a população que a gestão do território todo mundo tem que fazer, todo mundo é responsável.

É isso o que eu penso. A gente precisava até ter alguns representantes indígenas aqui para falar sobre a gestão de território. Eles sabem realmente como fazer a gestão. Eles não estão preocupados apenas com a sua propriedade privada, eles estão preocupados com o todo.

Então é um momento de escutar os indígenas, porque eles têm muito a nos dizer.

É isso. Obrigado a todos. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Adriano. Agora é o Fofão e, em seguida, a Thaline.

O SR. CLEITON FERREIRA DE SOUZA (Fofão) – Boa noite. Se o pessoal não fala, a gente gosta de falar. Aprendi isso com o Mario.

Queria dar um salve também ao Professor Euler, que está acompanhando lá. Estamos aqui representando a luta, então, um salve para ele.

É o seguinte, quero falar também do processo que foi organizado na área cultural, que são os espaços ocupados, os espaços ociosos na cidade, os Blocos de Ocupação que compõem o movimento cultural das periferias, que é uma demanda grande. Aqui na nossa região, a gente tem duas Ocupações que compõem esse Bloco numa proposta de mais de 30 espaços ocupados dentro da cidade e que vêm fazendo um papel muito importante na formação da nossa juventude, sabendo que a arte, a cultura, é essencial para o desenvolvimento dos nossos territórios.

Por isso queria pautar também essa questão dos Blocos. A gente tem as Ocupações Canhoba e a Casa de Hip Hop Perus, na região, mas tem outros espaços ocupados de grande significação para o desenvolvimento em diversas regiões.

Queria colocar isso também que compõe essa luta do território, essa construção dos fazedores de cultura que infelizmente são desassistidos nesta cidade, com orçamento curto. O orçamento não chega nem a 1% do recurso da cidade e a nossa luta é discutir 3,5% para a

periferia. A gente entende que com 1,5 consegue ampliar os fazeres e pagar dignamente os nossos trabalhos.

Também queria colocar que a viabilidade do processo que a gente vem fazendo de gerar economia através dessa pauta, através do TICP Perus, Jaraguá, Anhanguera. Tem o TICP Paulista Luz, que a gente precisa lembrar também e que está em processo de pensar esse desenvolvimento. Estão começando a fazer as movimentações.

Quero falar também que é muito importante manter a parte de território e não desmembrar o TICP em microações, porque vai desconfigurar um contexto que a gente vem exercitando aqui. As pessoas não entendem muito o conceito e falam: vou pegar o meu quarteirão e vou fazer um TICP aqui. A nossa ideia é pensar territórios. Então TICP Território Noroeste; TICP Paulista Luz, na região central, na Sul; e não desmembrar para não perder a característica da concepção que a gente colocou aqui, que é pegar uma bacia.

Queria falar desse processo econômico, que a gente já vem praticando, pensando nesse desenvolvimento. Conseguimos estruturar a região para receber turistas. A gente colocou o conceito do turismo de resistência. A gente faz um trabalho de turismo de base comunitária, mas damos o título de turismo de resistência, porque a gente está discutindo manifestações e luta de movimentos sociais que não estão descritos nos livros didáticos. E, sim, estamos dando narrativa para as pessoas que resistem de diversos movimentos, como o indígena; o da luta sindical, dos operários contra a ditadura; o negro; o movimento pela reforma agrária, ali com a Comuna da Terra Irmã Alberta.

Com esses elementos, foi o que a gente juntou de potencialidades, fora os patrimônios, a gente consegue fazer trilhas educativas que geram uma economia. Com essa proposta do TICP, já recebemos mais de 30 países, de universidades que têm interesse de entender o processo de gestão que a gente está organizando aqui. E essas pessoas são acomodadas na comunidade. Como nós somos nortistas e nordestinos aqui, gostamos de acolher as pessoas, nós fizemos o mapeamento de uma construção de uma agência, pensando o desenvolvimento sustentável local.

Por isso mapeamos casas que possam acolher essas pessoas e, a partir daí, gerar uma renda para essas acolhidas, como o meio da questão de transporte é local, a comida é local, um salve à Pri, Tempero de Oyá. A gente vem fazendo formação de jovens guias. Abrimos a Agência Queixadas, pensando nesse processo ecoturístico para mostrar que sim, é possível, tem viabilidade; e isso aqui não é uma loucura, sabe. Falar desse processo é real, já está acontecendo e a Prefeitura está de fora desse processo. É triste, mas gostamos de acolher. A gente vai acolher a Prefeitura também nesse processo. (Palmas) E falar que é todo mundo junto na construção e no desenvolvimento de uma periferia muito vulnerável, mas que tem muita potencialidade e capacidade.

A gente vem fazendo essas trilhas educativas, gerando uma economia para quem recebe, pautando um trabalho menos degradante. Não dá mais para sermos explorados por esses trabalhos que põem os nossos jovens para ficar cobrando dívida. As pessoas usando o trem, acabando com o seu psicológico, criando depressão, se a gente pode gerar economia no nosso território. O bairro, o território, só é pobre, porque não tem dinheiro gerando dentro, e a nossa perspectiva é trazer dinheiro e economia girando para que se rompa com esse processo das pessoas irem para o Centro atrás de subemprego.

Beleza? É isso, gente. Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Fofão. Agora é a Thaline e, em seguida, o Dedê.

A SRA. THALINE NUNES ROCHA – Oi, gente. Boa noite. Eu me chamo Thaline, sou arquiteta e urbanista, moradora de Perus a vida toda, conselheira do Conselho Participativo Municipal também. Vim como moradora, mas falarei sobre o Conselho, porque eu acho importante a gente também destacar esse espaço que está sendo omisso dentro dessa discussão, já que não estou vendo os conselheiros presentes. E quero falar também um pouco sobre o Sítio Botuquara, sobre o perímetro do TICP e eu gostaria de entender por que o Sítio Botuquara não está inserido nesse perímetro, uma vez que a gente tem...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. THALINE NUNES ROCHA – Não está não. Eu moro lá, sei onde é. É do lado da Pedreira. Tem, mais ou menos, dois quilômetros de extensão de mata remanescente ali, tem um sítio arqueológico tombado pelo IPHAN, e a gente está sendo apoiado pelo Programa de Valorização a Iniciativas Culturais Periféricas, o VAI; fazendo um trabalho sobre memória, a memória que foi destruída e que está sendo apagada graças ao Rodoanel, com desapropriações e o apagamento do território em sua geografia e morfologia.

E eu gostaria muito de propor que fosse feito esse redesenho do perímetro, considerando que foi omisso dentro da questão do sítio arqueológico. Acho que é importante a gente ter esse cuidado, porque uma vez que não se delimita isso nesse perímetro, a gente está dando aval para que as ocupações continuem acontecendo dentro de um território de risco geológico, com muita interferência do Rodoanel. A gente sabe que ele puxa ocupações irregulares no seu perímetro. Então eu gostaria de deixar registrado isso.

Outra coisa, enquanto conselheira, eu já falei que eu sinto muito que os conselheiros não estejam aqui presentes. A gente está com uma discussão muito importante no território, que é a questão da Casa de Cultura e que deveria ser debatida intrinsecamente dentro do TICP, porque é um espaço institucional que poderia fomentar, incubar iniciativas culturais aqui dentro.

E eu gostaria de propor, enquanto conselheira, que fosse criado um grupo de trabalho nos Conselhos Perus, Anhanguera e Jaraguá, para que a gente consiga discutir essas propostas e também inserir propostas dentro do orçamento participativo, uma vez que está muito mal entendido como vão chegar esses investimentos aqui dentro.

A gente tem essa ferramenta do orçamento participativo, no qual a gente pode enviar propostas que serão votadas dentro do município e a gente poderia fazer uma força-tarefa de incluir propostas que tenham um plano de desenho, um plano de ação muito voltada ao desenvolvimento do território, dentro dessa pauta do TICP.

Outro ponto que eu gostaria de colocar é que tem essas super obras acontecendo no território, com danos coletivos, não só a nível individual, como a questão das pedreiras. Foi falado desse dano individual nas residências. O Rodoanel também trouxe danos individuais e

estruturais nas residências, mas a gente também tem uma questão de danos coletivos, que foram trazidos por essas grandes obras desde o começo dessa ocupação no distrito, com lixão, enfim isso já foi comentado; e que não tem nenhuma contrapartida eficiente que repare esses danos de forma lúcida e que traga propostas efetivas.

Então eu acho que eles deveriam ser cobrados, o Tarcísio deveria ser cobrado também, mas ele está ali apoiando o Rodoanel. O Rodoanel deveria ter esse plano de ação de contrapartidas ao território e não se fez. Então eu gostaria de falar isso.

E um outro ponto é que a Vereadora está aqui representando a Câmara e eu gostaria de saber quais as discussões estão sendo feitas nesse âmbito, se estão ou não sendo feitas. Se tem alguma previsão de um processo de facilitação que seja participativo mesmo, dentro dessa revisão do Plano Diretor, que não sejam só as audiências públicas, mas que a gente tenha oficinas, que a gente se debruce em mapas, se debruce em diretrizes, propostas, enfim, que a gente faça um plano, um plano integrado, porque a gente está falando sobre tirar do papel, tirar do papel, mas para tirar do papel a gente precisa ter essas diretrizes, saber de onde a grana vem, ter pessoas alocadas dentro das secretarias para ter esse desempenho. A gente tem aqui várias secretarias que pouco falaram sobre o TICP, infelizmente demonstra que é uma falta de apropriação desse tema.

Então, infelizmente, ainda que estejam aqui, agradeço a presença também, mas pouco se sabe. Não foi falado sobre o TICP, dentro das secretarias. E eu gostaria de deixar essa pergunta, Vereadora.

É isso. Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Thaline. Agora é o Dedê e, em seguida, o Gustavo.

O SR. CLEBIO FERREIRA (Dedê) – Boa noite a todos. É um prazer receber essa audiência pública na Comunidade Cultural Quilombaque. Esse espaço foi criado justamente para a gente trocar ideia e poder criar possibilidade de desenvolvimento para o nosso território e para as pessoas que vivem aqui.

Acho muito importante as falas, está sendo uma aula ver essas pessoas brabas aqui do nosso território, com tanto conhecimento e inteligência, e mostrando ao Poder Público que a gente aqui não está de chapéu. A gente tem conhecimento, muita coisa para trocar, se o Poder Público quiser trocar com a gente também. A gente não fica esperando o Poder Público vir nos acolher, porque senão a gente não estaria nesse espaço. Certo?

É muito interessante falar do TICP, mas eu queria retomar como ele surgiu. Vou falar para os arquitetos – tem vários aqui – e a questão do TICP começou porque veio um projeto de parque linear de cima para baixo, sendo colocado no nosso território goela abaixo, quando foi o desenvolvimento do crédito de carbono aqui do território.

Para quem não sabe, a gente teve o Aterro Bandeirantes, há mais de 30 anos, no território. Eu cresci cheirando lixo da cidade de São Paulo, desde a minha infância, e quando virou crédito de carbono e o dinheiro veio, ele não veio para ser estruturado no nosso território. O dinheiro simplesmente sumiu na Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, e não foi desenvolvido nada em reparação a esse território. A gente ficou cheirando lixo da cidade por 30 anos e nada foi feito. Certo? Quando os europeus vieram cobrar, cadê o dinheiro que a gente investiu, porque no Protocolo de Quioto era para o desenvolvimento local, mas nada tinha acontecido. E eles criaram um projeto de cima para baixo, colocando no nosso território um parque linear que ia desapropriar uma galera e ninguém sabia que projeto era esse. Tinha casa de cultura, é um projeto lindo, maravilhoso, que ia custar muito dinheiro e o território estava fora dessa discussão, ninguém sabia de nada. As pessoas estavam preocupadas que iam perder a casa, sabe? Ia ter um monte de coisas, escolas ambientais, centro de cultura, quadras poliesportivas, um “puta” projeto lindo que foi goela abaixo da comunidade. Para quê? Para botar para gringo ver.

A partir daí, quando bateram na nossa porta falando que a gente ia ser despejado, a Quilombaque, a gente foi para cima, então a gente foi uma pedra no projeto da Prefeitura de São Paulo. Foi aí que a gente começou a estudar nosso território, juntamos nossos moradores, porque a gente é um bairro de luta desde o nosso legado da Firmeza Permanente dos

Queixadas. A gente foi para cima, se juntou com várias pessoas e convidou outros estudiosos sobre o território e foi dar formação para os moradores do bairro, porque eles estavam brigando para não perder a casa, então a gente foi discutir com eles como criar um projeto. E foi aí que a gente se juntou, passou em várias comunidades mostrando o projeto da Prefeitura, que a gente não estava de acordo, e criou um projeto da comunidade.

Aí chamamos a Secretaria do Verde, Prefeitura, chamamos todos os arquitetos, profissionais em uso do meio e paisagismo e fomos debater com eles. Fomos debater no nível de discussão intelectual que a academia quer que tenha. Então a gente formou várias pessoas no nosso território para discutir o projeto, porque ainda acham que a periferia não tem conhecimento. A gente trouxe um projeto, mostrou para a galera, a gente quer um projeto assim, é esse projeto que é feito com a comunidade. Depois disso debatemos com vários engenheiros, arquitetos, quem viesse trocar ideia com a gente, e viu que esse projeto que eles estavam propondo era inviável. É tão inviável que ele sumiu, ninguém mais fala nele.

A partir daí a gente pegou esse estudo e começou a criar a Universidade Livre Colaborativa e, com o interesse da comunidade, a gente criou esse projeto que é o Território de Interesse da Cultura e da Paisagem, então não foi por acaso que a gente criou. Isso foi criado num movimento de luta, primeiramente, para ter a moradia, para ter educação, para ter cultura para nosso povo que vive aqui, que está todo dia aqui na quebrada, que sabe qual é a necessidade ter um lugar melhor para viver. A gente cheirou 30 anos de lixo de São Paulo e não recebeu nada, e a gente criou, mostrando para a Prefeitura, mostrando para quem for, porque esse projeto é reconhecido em vários lugares do mundo como uma proposta de política de desenvolvimento sustentável.

Recapitulando, para quem não sabe o que foi TICP, a TICP foi um movimento de luta que está sendo uma conquista. Só a gente mora aqui nos territórios de Jaraguá, Anhanguera e Perus sabe a importância dessa política. Para a gente já é uma política pública porque a gente acredita nela. E não vai depender de a Prefeitura legalizar ela porque a gente já legalizou. Se o povo reconheceu, ela já é uma política pública.

E lembrar que, a partir da TICP, a gente criou diversos espaços de desenvolvimento sustentável, diversos espaços de desenvolvimento humano, exemplos das pessoas que passaram por aqui. Escolas discutindo memória, saindo da sala de aula, que é a estrutura do presídio criado pela Prefeitura, e começar a rodar pelo nosso território e reconhecer as nossas histórias. A gente conhece as histórias que estão no livro dos colonizadores, mas a gente também quer conhecer a história do nosso povo que, infelizmente, se a gente for entender, a biblioteca Padre José de Anchieta, que a gente não reconhece.

A gente quer reconhecimento de um lugar que é do povo, por isso que a gente está lutando para mudar o nome dessa biblioteca num território indígena e colocar o nome de alguém de luta que foi importante para a nossa história.

É o José Soró, gente, que é nosso mestre que está aqui com a gente.

Queria lembrar também que está fazendo dez anos de revisão do Plano Diretor e são importantes essas questões de repensar, porque em dez anos aconteceu muita coisa não só no nosso território, mas para a cidade de São Paulo, para política pública. Será que vai ser efetivado mesmo, ou a gente vai ficar, daqui a mais dez anos, falando e falando e as coisas não acontecendo?

Também queria falar nessas importantes políticas, micropolíticas que não acontecem. A cidade de São Paulo tem agora 600 km de ciclovias. Cadê a ciclovia de Perus? A gente está há mais de 30 anos querendo que ligue uma ciclovia daqui da estação de Perus para o Parque Anhanguera. É uma vergonha para a Prefeitura não ter feito uma ciclovia aqui.

Antes de ter 600 km de ciclovia na Paulista, Vila Mariana, Pompeia, Vila Madalena, a gente está discutindo uma ligação do bairro com o Parque Anhanguera, mano. É uma vergonha não ter uma ciclovia na periferia. Na periferia, a galera não anda de *bike*? A gente anda de *bike*, é só ver a estação de trem, todo mundo desce de *bike* porque não tem dinheiro para pagar a condução cara que está na cidade de São Paulo. A gente não tem uma ciclovia de ligação com o Parque, para o Pico do Jaraguá, mano.

Eu acho que a gente, a comunidade vai ter que se juntar, comprar a nossa tinta, a

gente pode até escolher a cor, e pintar nossa ciclovia, porque eu não acredito mais – está ligado? – nessa política, mano. A gente está fazendo por nós mesmos, porque se depender da Prefeitura, que está com o nosso dinheiro e não quer investir na gente, a gente vai fazer por nós mesmos.

Finalizando minha fala, muito obrigado pela participação de todos. Acho muito importante a gente estar aqui debatendo essa ideia, infelizmente, só com a nossa parceira, Vereadora Elaine. Queria ver se fosse em outros espaços, quantos vereadores iam comparecer, se fosse no centro da Cidade. É nós. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada. Agora é o Gustavo e a última inscrita é a Luísa.

O SR. GUSTAVO – Salve, família. Boa noite. Licença, Quilombaque.

Só queria reforçar a fala, já fui contemplado por muitas falas, mas a do Fofão, da importância das ocupações culturais constarem também no diálogo com as TICPs e também com as ZEPECs. Então só reforçar isso, que isso vai ajudar uma dinâmica do bairro, de os territórios se fortalecer e fortalecer quem está no corre também.

Eu sou Gustavo, não sou do território, sou de Guaianases, faço parte de uma ocupação chamada Cine Campinho. É nós. Boa noite. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Gustavo. Agora é a Luísa José, encerrando.

A SRA. LUÍSA JOSÉ – Boa noite, pessoal, todo mundo. Uma reverência ao Mestre Soró e também à Vereadora Elaine por estar presente hoje no nosso território; também a todo o Executivo e todo mundo que participou da banca.

Sou a Luísa, eu sou meio sangue nos olhos, mas com a Firmeza Permanente eu estou aprendendo muito essa questão da não violência, e com a Quilombaque e também com o TICP, porque a gente que é de quebrada e a gente que é jovem tem muita revolta que permeia as nossas vivências, então é muita satisfação estar aqui e aprender com muita gente importante, muita gente da cidade e também da quebrada, porque a gente ensina muito também para o poder público.

Eu gosto de pensar que a Quilombaque é a faculdade e a TICP é a pós-graduação, sabe? Eu estou nesse meio, estou nesse estudo, nesse exercício, eu sou a cria da política pública que está acontecendo, então eu venho percebendo os movimentos.

E também na minha posição como jovem, como ambientalista, como artista, agente cultural, venho percebendo essa movimentação no meu território, o que eu faço, o que eu estou fazendo. Hoje eu sou jardineira na Quilombaque graças a uma política pública - eu vi que tem um representante da Secretaria do Trabalho –, que é o Programa Operação Trabalho, do POT Agricultura e que me faz trabalhar dentro do meu território, então isso já funciona.

Nessa trajetória que eu tenho vivido como jovem periférica, mulher negra, eu fui jovem monitora da biblioteca, então já me dá uma vivência aqui em Perus. Eu sou do Jaraguá, Vila Aurora, trabalho em Perus. Eu tive uma oportunidade de trabalhar também no projeto de Urbanismo Social. Eu vi que tem bastantes arquitetos aqui e acho que vocês devem já ter ouvido falar. Já aproveitar, tem a exposição ali dos arquitetos. Então eu estou percebendo uma onda de arquitetos, de urbanismo, do desenho da Cidade. Uma das pautas desse projeto era a Caminhabilidade Urbana, das pessoas, como que eu posso acessar, e é sobre isso.

A gente não quer gastar muita passagem para ir para o Centro, a gente tem tudo aqui, então eu queria pedir esse apelo para os arquitetos, de pensar esses desenhos. Acredito que, com a especulação imobiliária, vamos precisar também – você que é da CET – pensar esses caminhos, porque são caminhos e é claro que nesses caminhos existem os rios, que o parceiro comentou. São 600 pontos de área de risco, mas são muito mais pontos que até o mapeamento é difícil. Então são essas estratégias que a gente vai pensando junto.

E essa Comissão de Educação, Cultura e Esportes, eu já penso no CEU, que é o Centro que unifica tudo isso e que tem a ver também como esse projeto de Urbanismo Social que está na área do Pinheirinho D'Água, que foi onde eu trabalhei. E pensar nisso, que quando a gente é articulador, a gente está nesses lugares falando com as pessoas, a responsabilidade nunca é de ninguém. Você vai no parque, não, é com a Prefeitura, da calçada para fora é a Prefeitura; você vai na Prefeitura, não, é com o pessoal do parque, da calçada para dentro. Mas

é para todo mundo, sabe?

Ouvi o parceiro falando da Ecoescola, é sobre isso, é sobre fazer parques, fazer ciclovias, fazer respeitar os corpos d'água, é sobre apoiar o desenvolvimento local, turismo social que acontece aqui. Porque foram dez anos para revisar, vou ter que esperar ter 30 anos para poder trabalhar no TICP, para poder usufruir disso. Então essa é uma cobrança mesmo que eu estou falando aqui, porque quando eu tiver 30 anos eu quero ver lá a fábrica, o pessoal chegando de trem lá na fábrica, eu quero ver a trilha feita para o pessoal passar e a gente fazer uma horta, expandir a nossa horta e fazer agricultura familiar. Então é sobre isso, não é só chegar aqui e falar. A gente quer agora, porque a gente já está fazendo isso.

É mais isso que eu venho compartilhar, agradecer o pessoal da Quilombaque, todo mundo, e dizer que a gente está para cima, que a gente vai acompanhar isso e vai cobrar, porque eu estou aqui e eu quero continuar aqui, eu quero estudar aqui. Eu quero continuar neste território porque eu enxergo isso como instrumento de qualidade de vida. A gente tem muito aqui para trabalhar e também para compartilhar, para disseminar. Essa é a minha contribuição.

Boa noite para vocês. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Luísa.

Obrigado a todas e todos que participaram fazendo manifestações.

Alguém quer fazer alguma fala final? Da Mesa? Não.

A gente está sistematizando todas as informações que foram colocadas aqui. Também deixamos nosso contato para todas as pessoas que falaram, caso queiram fazer mais alguma manifestação, alguma sugestão. E a gente vai divulgando a sistematização que a gente vai fazer.

A gente tem um *e-mail* que acho que está nos nossos materiais, mas é elainedoquilomboperiferico@saopaulo.sp.leg.br, que o *e-mail* da mandata. Algumas pessoas também perguntaram como podem mandar solicitações para a Câmara. A secretaria da Comissão também pode receber *e-mails*, que podem ser direcionados à Comissão ou também com pedidos para a gente direcionar à Mesa da Câmara Municipal.

A Taline também fez uma pergunta direta sobre os processos de discussão do Plano Diretor Estratégico. Na verdade, o Plano Diretor está sendo discutido com atraso de dois anos, se não me engano, por causa da pandemia, então a gente estendeu dois anos. A nossa atuação sempre foi no sentido de que todo o processo deveria ser iniciado agora, com a possibilidade de participação efetiva das pessoas, mas a gestão Ricardo Nunes preferiu fazer partes do processo da discussão do Plano Diretor *on line* durante a pandemia.

Então grande parte dos processos de participação, embora a gente tenha denunciado muito, inclusive esses espaços de participação que eram espaços de oficinas, espaços de uma participação mais efetiva, foram sendo feitos nos últimos dois anos, inclusive. E a gente cobrou muito, mas essa participação, esse processo da discussão do Plano Diretor já passou, a Prefeitura entende que já foi feito.

A gente está agora no momento das audiências públicas, que é o momento em que a Câmara Legislativa consegue se debruçar, o Executivo vai fazendo o processo e a gente começa a discutir a partir do momento que o projeto de lei chega na Casa. E o instrumento que a gente tem, como Legislativo, é fazer as audiências públicas e propor emendas ao projeto de lei para o Relator, e é isso que a gente tem feito. De qualquer forma, a gente vai continuar recebendo e debatendo com a população e tentando debater com o Relator também, na Casa, para conseguir propor emendas ao PL nesse sentido.

Lembrando também que estamos fazendo uma revisão intermediária do Plano Diretor. É importante dizer isso, porque não são todos os processos que a gente consegue fazer durante, agora, esse processo de revisão do Plano Diretor, mas, como o Mario também apontou, é importante que a gente já vá colocando o debate no lugar em que ele precisa ser feito. O debate precisa aparecer nesses momentos para a gente conseguir ir construindo as políticas públicas de forma correta.

Mais uma vez eu gostaria de agradecer. Um agradecimento especial à Comunidade Cultural Quilombaque, que sempre nos recebe para que a gente consiga fazer esse debate aqui no espaço. Eu acho que a própria existência da Comunidade Cultural Quilombaque demonstra

a importância dos espaços de cultura, dos espaços de ocupação popular e da produção de cultura nos territórios periféricos da Cidade.

Um agradecimento também a todos os funcionários da Câmara Municipal que se dispõem a acompanhar a gente nas audiências externas. É sempre uma movimentação diferente que a gente faz, então eu agradeço; às intérpretes de Libras que estiveram aqui hoje, ao pessoal da TV Câmara, ao pessoal da Secretaria da Câmara que sempre nos ajuda muito a fazer o trabalho legislativo.

E convido as pessoas a continuarem acompanhando as audiências públicas que a gente tem feito. A gente fez um debate muito grande para que a gente conseguisse fazer mais audiências, que as audiências fossem mais espaçadas.

Acho que apareceu muito hoje, aqui no debate, o ponto da participação popular e a gente tem denunciado isso, como a gente tem tido muito mais dificuldade, ultimamente, de proporcionar a participação popular e o quanto isso é fundamental na execução das políticas públicas, na construção das políticas públicas.

Uma coisa que a gente sempre pontua também é que quem está nos territórios da Cidade, quem vive a Cidade não quer ser só o destino da política pública, mas quer construí-las, porque isso é um direito que as pessoas deveriam ter respeitado.

Agradeço a todas as pessoas que se dispuseram, num dia de semana à noite, a vir conversar com o poder público.

A gente vai sistematizar e enviar também para o espaço todas as coisas a que a gente der andamento em relação ao que a gente fez na audiência.

Muito obrigada a todas, todos e todes. A gente se vê nas próximas audiências.
Obrigada. Boa noite. (Palmas)